

Diário do Legislativo de 16/03/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - LEI

2 - ATAS

2.1 - Solenidade Realizada na 15ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Comemoração do Dia Internacional da Mulher.

2.2 - 8ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2.3 - 9ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2.4 - Reunião de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

LEI

LEI Nº 18.748, DE 15 DE MARÇO DE 2010

Concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 14.599, de 23 de janeiro de 2003, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Matias Barbosa o imóvel que especifica.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica concedido ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 14.599, de 23 de janeiro de 2003, o prazo de cinco anos contados da publicação desta lei para a consecução das obras destinadas à construção de casas populares a que se refere o parágrafo único do art. 1º daquela lei.

Art. 2º - O imóvel de que trata a Lei nº 14.599, de 2003, reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo previsto no art. 1º desta lei, não tiver sido cumprido o disposto no parágrafo único do art. 1º daquela lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 15 de março de 2010; 222º da Inconfidência Mineira e 189º da Independência do Brasil.

Alberto Pinto Coelho, Presidente – Dinis Pinheiro, 1º-Secretário – Hely Tarquínio, 2º-Secretário.

ATAS

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Doutor Viana

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Exibição de vídeo - Palavras da Deputada Ana Maria Resende - Palavras da Deputada Cecília Ferramenta - Palavras da Deputada Gláucia Brandão - Palavras da Deputada Maria Tereza Lara - Palavras da Deputada Rosângela Reis - Palavras da Secretária Elbe Brandão - Entrega de placas - Apresentação musical.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião à comemoração do Dia Internacional da Mulher.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Deputada Elbe Brandão, Secretária de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; Deputada Ana Maria Resende, membro da Comissão de Redação; Deputada Cecília Ferramenta, Presidente da Comissão de Assuntos Municipais; Deputada Gláucia Brandão, Presidente da Comissão de Cultura; Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública; Deputada Rosângela Reis, Presidente da Comissão do Trabalho; Maria do Carmo Lara, Prefeita Municipal de Betim; Marília Campos, Prefeita Municipal de Contagem; e Elisa Costa, Prefeita Municipal de Governador Valadares.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença das Exmas. Sras. Desembargadora Márcia Milanez, 3ª-Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Cristina Diniz, Secretária Executiva do Conselho Estadual da Mulher, representando a Presidente, Carmen Rocha; e Helena Edwirges Santos Delamonica, Secretária-Geral Adjunta da OAB-MG; do Exmo. Sr. Getúlio Gontijo de Amorim, Assessor Parlamentar, representando o Diretor-Geral do IEF, Sr. Shelley Souza Carneiro; das Exmas. Sras. Vanessa Verdolim Andrade, Desembargadora do Tribunal de Justiça; Ângela Maria de Carvalho Araújo, Presidente da Associação das Mulheres Profissionais de Segurança Pública; de Vereadoras dos Municípios de São João del-Rei e Mariana; dos Exmos. Srs. ex-Deputado Sebastião Navarro, Secretário de Desenvolvimento Regional e Políticas Urbanas; Mário Márcio Campolina Paiva, Prefeito Municipal de Sete Lagoas; das Exmas. Sras. Marinilza Soares Mota Sales, Prefeita Municipal de Ibiaí; Neusa Cardoso de Melo, Superintendente da Coordenadoria Especial de Políticas para Mulheres; e Vera Coutinho, presente como ex-Deputada Estadual e também representando a irmã, a ex-Deputada Júnia Marise.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pela soprano Marta Nichthausen, acompanhada pela pianista Renata Ciccarini.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Boa-tarde a todas e a todos. Nesta tarde me sinto verdadeiramente privilegiado por estar aqui, ladeado de inúmeras companheiras de parlamento, lideranças expressivas de nosso Estado.

Quero renovar a saudação às Exmas. Deputadas Estaduais Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Gláucia Brandão, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis. Saúdo, também, a Exma. Deputada Estadual Elbe Brandão, cedida ao Executivo, no qual desempenha a importante missão de Secretária de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas. Saúdo a Exma. Sra. Maria do Carmo Lara, Prefeita do Município de Betim; a Exma. Sra. Marília Campos, Prefeita do Município de Contagem; e a Exma. Sra. Elisa Costa, Prefeita do Município de Governador Valadares. Em nome delas, quero estender a saudação a todas as Prefeitas do Estado de Minas Gerais. Quero, também, registrar aqui, para alegria e satisfação nossa, a presença ilustre das ex-parlamentares Maria Olívia, com quem tive a ventura de conviver no Parlamento por três mandatos, agora sucedida por seu filho, Tiago Ulisses; Lúcia Pacífico, outra querida parlamentar que deu sua valiosa contribuição a esta Casa; Isabel do Nascimento, esposa do saudoso homem público Wagner do Nascimento, companheiro meu do Partido Progressista; e Maria Lúcia Mendonça. Além delas, renovo a saudação à Joana D'Arc, Deputada Federal; à Vera Coutinho, também já nominada; à Elaine Matozinhos; e a duas ilustres parlamentares já falecidas, Maria José Nogueira, por meio da sua representante, Maria Gorete Pena, e Nívia Carone, por meio de Antônio Carlos Carone.

Aqui também foi mencionada a Desembargadora Márcia Milanez. Quero renovar-lhe a saudação e destacar que, pela primeira vez, uma mulher alcança o corpo diretivo do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Minhas senhoras, meus senhores, companheiras Deputadas, companheiros Deputados do Parlamento mineiro, ilustres mulheres, lideranças municipais, Vereadoras, boa-tarde.

A premiação do Oscar, o grande evento do cinema americano, a festa de maior publicidade da indústria cinematográfica mundial, foi marcada este ano por um fato inédito: pela primeira vez em sua história, o concorrido título de melhor direção ficou nas mãos de uma mulher. No mundo globalizado, a conquista tem o efeito simbólico de valorizar a capacidade da mulher e de reforçar a constatação de que ela vem ganhando reconhecimento em vários campos de atividade, seja no mundo da cultura, no mercado de trabalho, nos espaços de poder. Transpondo-nos para a realidade brasileira, as estatísticas mostram importantes avanços da população feminina em áreas como as do emprego, renda e educação, com destaque para mulheres que chegaram ao topo em suas carreiras, quebrando em muitos casos a hegemonia masculina. Persiste, contudo, em nosso país, um grande déficit de cidadania quando se compara a condição da mulher com a do homem, pois se verifica que muitos de seus direitos, legalmente reconhecidos, pouco valem na prática, como no campo da segurança, da assistência e da saúde, notadamente na base da pirâmide social.

É imperativo lembrar, nesta solenidade, outra área em que ainda permanece uma enorme desigualdade de gênero: a da ocupação de cargos de representação política. É vexatório, se não desalentador, reconhecer que o Brasil ocupa um dos últimos lugares entre todos os países do mundo, no percentual de mulheres nos parlamentos. Apesar de constituírem mais da metade da população e do eleitorado no País, elas detêm apenas 8,7% das cadeiras na Câmara dos Deputados; 13,5% das vagas no Senado; e índice quase idêntico nas Câmaras Municipais. Nesta Casa temos, na atual legislatura, apenas seis Deputadas. A propósito, seis valorosas, competentes e dedicadas representantes do povo mineiro.

Se a data de 8 de março é hoje propícia à celebração de conquistas, é também uma ocasião para refutar discriminações e desigualdades e reafirmar o papel inestimável das mulheres na construção de um mundo mais justo, mais humano e fraterno. Nesta histórica comemoração do Dia Internacional da Mulher, a centésima desde que foi instituída, a Assembleia Legislativa homenageia todas as mulheres mineiras, fazendo um reconhecimento àquelas que se destacaram no Estado em 2009 e às parlamentares que honraram e continuam honrando o nome de Minas nesta Casa, na Câmara dos Deputados e no Senado.

Temos a grande satisfação de lançar, nesta reunião festiva, o livro "Mulheres na Política: As Representantes de Minas no Poder Legislativo", importante referência para compreendermos seu percurso, seus projetos e sua contribuição para o desenvolvimento do Estado. A publicação consta de artigos elaborados por três especialistas no estudo das questões femininas, abordando especialmente aquelas referentes à cidadania, à ocupação de espaços de poder e às políticas públicas, seguidos de perfis biográficos e depoimentos pessoais das parlamentares. Estamos certos de que sua leitura servirá de exemplo e estímulo para tantas outras mulheres aptas a fortalecer a luta pela causa feminina e a enriquecer nossas instituições políticas.

Cumprimentamos e parabenizamos, de maneira especial, as Deputadas Ana Maria Resende, Cecília Farramenta, Elbe Brandão, Gláucia Brandão, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis, que compõem a aguerrida e imprescindível bancada feminina nesta Casa. Muito obrigado.

O locutor - Informamos ao público presente que o livro "Mulheres na Política: As Representantes de Minas no Poder Legislativo", mencionado no discurso do Presidente da Assembleia, será distribuído aos presentes ao término deste evento.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir ao vídeo "Os novos papéis da mulher", produzido pela TV Assembleia.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Com a palavra, a Deputada Ana Maria Resende.

Palavras da Deputada Ana Maria Resende

"Deus quis que a humanidade existisse e fosse na terra a maior expressão de sua glória": esta é a visão de Santo Irineu. Para concretizar sua vontade, estabeleceu que o casal humano - homem e mulher - fosse o arquétipo, a estrutura básica dessa realidade, participando com Ele ativamente de sua criação. Essa corrente que une homens e mulheres para transformá-los na maior obra do Criador, muitas vezes, pela ação do próprio homem, transforma-se em grilhões que prendem, humilham, maltratam e até matam. Por todas as vítimas dessas vilanias, precisamos, neste dia dedicado às mulheres, reservar um tempo para a reflexão, para uma tomada de posição que gostaria de ver, aqui, simbolizada neste instante, em que solicito a todos um segundo de silêncio.

Inicialmente, preciso parabenizar a cidade de São João del-Rei, terra do grande democrata e estadista Tancredo Neves, a qual nos alegra e enche de orgulho, pois elegeu na Câmara de Vereadores cinco mulheres, presentes a esta cerimônia e acompanhadas ainda das esposas de alguns Vereadores. Gostaria que as nossas Vereadoras se levantassem e dessem exemplo a todas as Minas Gerais. A maioria da Câmara de Vereadores de São João del-Rei é composta por mulheres, e ainda temos uma Presidente também mulher nesse Município. Que Deus as abençoe. Que São João del-Rei possa ser exemplo para todas nós.

Para dizer a verdade, quem ocupa a Presidência hoje é o Doutor Viana, porque o seu nome é "Vi Ana". Então, Ana é o lado feminino dele. Por esse motivo, ele foi convocado para presidir esta celebração da mulher. Doutor Viana, que preside esta sessão, queridas colegas Lúcia Pacífico - na realidade, pacífica só no nome -, Maria Lúcia, Maria Olívia, que me ensinou os primeiros passos nesta Assembleia, os segredos, os detalhes e a convivência. Tudo isso eu tive o prazer, Maria Olívia, de aprender com você. O meu carinho por você é enorme. Cumprimento minhas queridas colegas Rosângela, Gláucia, Cecília, Tereza, nossas Prefeitas aqui representadas, a Marinilza, Prefeita de Ibiaí. E, cumprimentando a Marinilza, saúdo também todas as demais Prefeitas e Vereadoras aqui presentes, os telespectadores da TV Assembleia, os convidados e as senhoras homenageadas.

Hoje é dia de comemarmos a vida, de louvarmos a resistência, de cultivarmos a persistência, de abençoarmos o afeto. Hoje é dia de celebrarmos a mulher. É o momento certo para homenagearmos mulheres especiais de nossas Minas Gerais, e tive a sorte de trazer duas que se destacam pelo caráter, pela têmpera e por seu trabalho em benefício de nossa sociedade: Márcia Mara Filizzola Paiva, que

veio de perto, de Sete Lagoas, e Ilda Soares Fonseca, que veio do nosso sertão, do Norte de Minas, da cidade de Ibiaí.

Márcia, pessoa especial, possui o poder de ver o mundo pela retina doce, dotada do dom de gerar alegrias, da capacidade mágica de se multiplicar em várias para compreender melhor a realidade e dar vazão rapidamente às muitas demandas que lhe batem à porta. Márcia, busquei em Rubem Alves um pensamento no qual percebo você: "Quem não tem jardins por dentro não planta jardins por fora e nem passeia por eles". Você é a verdadeira jardineira que planta no mundo os sentimentos mais sutis: ordem, crescimento, beleza e sonhos.

Tenho agora a felicidade de apresentar a Minas Gerais a talentosa Ilda, minha colega de fé, comprometida com a educação que busca incluir os esquecidos, promover a justiça e buscar a equidade. Ilda, professora, que tem sempre os braços abertos para suportar e dar sentido à vida das pessoas carentes e necessitadas, que sabe oferecer o colo que consola, a alegria que contagia e o amor que promove. Ilda é guerreira: enfrenta, desafia e corre riscos. Dá um boi para não entrar em uma briga, mas uma boiada para não sair dela. Só uma mulher com essa fibra para gerar uma filha valente, meiga, dadivosa, carinhosa, mas cheia de determinação, como Marinilza, hoje Prefeita de Ibiaí. Foi para você, Ilda, que o ex-Governador de São Paulo Geraldo Alckmin disse: "Política sem mulheres é como o céu sem estrelas".

Márcia e Ilda, mulheres como vocês rezam, com certeza, pela cartilha tantas vezes recitada por D. Hélder Câmara: "É graça divina ter coragem de começar. Graça maior é persistir no caminho certo, mas graça das graças é não desistir nunca". Mulheres como Ilda e Márcia e como todas as que têm coragem de ousar nos dão a certeza de que não está longe o dia em que cantaremos como Gilberto Freire: "Eu ouço as vozes, eu vejo as cores, eu sinto os passos de outro Brasil que vem aí: mais fraternal, mais brasileiro". O mapa desse Brasil, em vez de cores da submissão, da violência e do desrespeito, terá enfim as cores do homem e da mulher que juntos constroem a cor da felicidade.

Termino pedindo a todos que aqui estão que sejamos o acelerador desse processo e que a coragem seja nossa primeira qualidade; coragem para construir uma Nação mais justa e com melhores oportunidades para as mulheres e para todos. Parabéns a todas vocês! Tenho certeza de que a mulher é a esperança.

Palavras da Deputada Cecília Ferramenta

Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar o Presidente, Deputado Doutor Viana, sempre atuante em quase todas as homenagens aqui nesta Casa. Aproveite a oportunidade para pedir a V. Exa. e aos membros da Mesa que façam um esforço para aprovar a Proposta de Emenda à Constituição nº 51, que estabelece a presença de uma representante mulher na Mesa da Assembleia. Proposta com o mesmo intuito está tramitando no Congresso Nacional e entrará na pauta para ser votada em 1º turno. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais dá o seu exemplo, como sempre. Tenho certeza de que poderemos aprovar a PEC ainda este ano, de forma que, na próxima legislatura, tenhamos uma mulher na composição da Mesa. Infelizmente, a nossa comissão especial, Maria Lúcia, já estava marcada. V. Exa. seria a sua Presidente, mas, infelizmente, em razão do ocorrido, V. Exa. foi obrigada a sair da Assembleia. Sentimos muitas saudades.

Cumprimento as ex-Deputadas Maria Olívia, por quem tenho muito carinho e que me ensinou muito, e Lúcia Pacífico, Deputada exemplar, além de todas as Prefeitas aqui presentes. O nosso Presidente brincou, no início, perguntando se, para ser Prefeita, seria preciso ser do PT, porque todas as Prefeitas que estão compondo a Mesa são desse partido. Sabemos que não. Também temos Prefeitas de outros partidos aqui, dando exemplo, fazendo o dever de casa. Ainda contamos com Vereadoras. A Ana Maria Resende citou um exemplo. Todas estão de parabéns.

Nesta minha fala, gostaria de usar a palavra "superação". Muitas mulheres não têm a mídia, estão focadas no seu dia a dia, vivendo no seu mundo, na sua casa, com a sua família, na sua comunidade, mas conseguem transformar, conseguem fazer e dar exemplo. Quando pensamos em superação, o que vem à mente são milhares e milhares de mulheres espalhadas por este Brasil inteiro, cada uma no seu canto, fazendo seu dever de casa, sofrendo seu pranto, mas dando conta do recado. É por elas, para elas e para vocês que estamos aqui fazendo esta homenagem. Algumas se destacam na sociedade, mas, ali no seu mundinho, somente nós e Deus sabemos o que passam.

Então, é para vocês, mulheres, que trouxemos duas representantes: uma de Ipatinga e outra de Bom Despacho, minha terra natal. Ipatinga é a cidade que escolhi para viver; Bom Despacho é a cidade onde nasci.

Gostaria que a D. Rosária ficasse de pé, por favor.

D. Rosária é um exemplo de vida, luta e garra, sem contar que me emprestou a sua filha, a Bernadete - aquela ali de roxo -, que há 22 anos está juntamente comigo ajudando a criar os meus filhos. Conversando hoje com ela, a primeira coisa que me falou foi que, quando ficou moça, conheceu um rapaz e sua mãe lhe disse assim: "Rosária, acho muito perigoso você namorar com esse moço. Ele é branco e você é preta". Ela lhe respondeu: "Mãe, sou melhor do que ele. Por quê? Temos a nossa casa para morar e o nosso terreno para plantar; e ele, não. Ele vive nos barracões dos fazendeiros, trabalhando".

O que isso quer dizer? Essa mulher, com 19 anos, já dando demonstração de defesa da sua raça e cor, ou seja, de que a cor não importa. Então, ocorreu assim com a D. Rosária: casou, passou por muitas dificuldades, criou 12 filhos e trabalhou como gari na Prefeitura de Ipatinga.

Há uma outra história muito linda da D. Rosária. Quando o meu esposo, Chico Ferramenta, foi Prefeito pela primeira vez, implantamos na Prefeitura de Ipatinga um movimento de alfabetização de jovens e adultos. Iniciamos essa alfabetização nos setores da Prefeitura. A D. Rosária era gari na época e uma das alunas. Todos tinham de ir à escola das 7 às 11 horas, e só na parte da tarde iam trabalhar, dentro desse programa que foi implantado. Ela frequentou as aulas e aprendeu a ler. Num belo dia, juntamente com seu esposo - o Izé, como assim o chamava -, viajou para Santa Maria do Itabira porque sua sogra havia falecido. Tinham de fazer baldeação em Nova Era. Parados nessa cidade, aguardando assentados a chegada do ônibus que iria para Santa Maria do Itabira, D. Rosária disse: "Izé, aquele ônibus ali é de Santana dos Ferros e passa por Santa Maria. Com ele podemos chegar mais cedo". Ele respondeu: "Deixa de ser boba, mulher! Você não sabe ler. De onde você tirou isso?". Ela disse: "Izé, eu era cega e agora enxergo". Ela enxerga porque aprendeu a ler.

Esses são exemplos, modelos de superação. Na verdade, ela é um deles. Assim criou a sua família. Todos os seus filhos são trabalhadores.

D. Rosária, parabéns pela sua história. Hoje, aos 77 anos, ela continua fazendo a sua ginástica e participa do movimento de mulheres da terceira idade. Aliás, ela me pediu para mandar um abraço carinhoso para esse movimento da terceira idade em Ipatinga. D. Rosária, certamente todas a estão vendo pela TV e recebendo esse abraço. Parabéns para a senhora e toda a sua família, que tem sido exemplo de garra e luta em Ipatinga. Muito obrigada.

Gostaria agora de pedir à D. Sebastiana que se levantasse. A D. Sebastiana é de Bom Despacho, mas nasceu em Bom Sucesso. Ela tinha de ser de algum "bom", porque nasceu em Bom Sucesso, mas foi viver em Bom Despacho para continuar a luta dos seus antepassados. Contando a história dos seus antepassados na cidade de Bom Sucesso, disse que os negros naquela época não podiam nem sair às ruas, que eram discriminados.

Ela continuou essa luta em Bom Despacho, na comunidade da Tabatinga. Até hoje há o dialeto de Tabatinga: no dialeto de Tabatinga, hoje seria o dia das ocaias, que significa dia das mulheres. A D. Sebastiana, com 75 anos, continua essa luta na comunidade defendendo a Associação dos Quilombolas. Sua filha, a Sandra, até recebeu homenagem; ela estava compondo a frente parlamentar em defesa da consciência negra, a frente racial. Quando eu entregar a placa à senhora, entregarei também a placa da Sandra, que continua essa luta dos quilombolas. Peço à senhora que a entregue a ela. A D. Sebastiana é também a capitã do corte de reinado em Bom Despacho, que é o único composto apenas de mulheres, e é exemplo da defesa da cultura negra, da cultura que jamais pode acabar. D. Sebastiana, muito obrigada pelo seu exemplo de vida, pelo que você representa na nossa comunidade de Bom Despacho, pelo que você representa como superação, no seio da sua família, defendendo a cada um e a todos de forma geral.

Para terminar minhas palavras, Charles Darwin diz que a espécie que sobrevive não é a mais forte nem a mais inteligente, mas aquela que consegue fazer as mudanças, as transformações. São essas transformações que fazemos a cada dia, a cada momento; são elas que dão sentido à nossa vida, à nossa existência. Há a história de famoso malabarista que estava tentando ensinar um aluno a fazer acrobacias no ar. Como ele não conseguia aprender, o malabarista disse: "Rapaz, lance teu coração sobre a barra que teu corpo acompanhará". É dessa forma que nós, mulheres, fazemos: lançamos nosso coração na barra todos os dias para conseguir, de fato, com fé, com amor, transformar esta sociedade e garantir a felicidade da nossa casa, da minha casa, porque é em nossas casas, na casa de cada uma de nós, que conseguimos transformar nossa sociedade. Muito obrigada. Deixo abraço carinhoso para cada uma e cada um de vocês.

Palavras da Deputada Gláucia Brandão

Boa tarde a todas e a todos. Na pessoa do nosso querido Deputado Doutor Viana, que é homem de alma feminina - acredito que como todos os demais homens aqui -, cumprimento todos os companheiros homens presentes nesta tarde.

O Sr. Presidente - Isso é porque gosto das mulheres, não é?

A Deputada Gláucia Brandão - Com certeza, Deputado Doutor Viana. Cumprimento também as Deputadas Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Elbe Brandão, Maria Tereza Lara, Rosângela Reis, minhas colegas e amigas; as queridas Prefeitas Maria do Carmo Lara, Elisa Costa, Marília Campos e Marinilza, na pessoa de quem cumprimento todas as demais autoridades políticas presentes; os Vereadores.

Agradecemos as presenças da nossa colega Maria Lúcia Mendonça, da nossa querida Lúcia Pacífico e da Maria Olívia, que são pessoas com trajetória política, que deixaram marca registrada nesta Casa. Na pessoa delas, cumprimos também as demais ex-Deputadas Estaduais e Federais.

Cumprimento a Desembargadora Márcia Milanez. É nossa alegria tê-la conosco nesta tarde. Cumprimento todas as homenageadas, mulheres e telespectadoras da TV Assembleia. É com espírito festivo que estamos reunidas hoje. Celebramos nossas conquistas e nos confraternizamos como mulheres, cada qual em seu setor, cada uma com sua história de vida. Representamos aqui, neste momento, o que há de mais significativo nas conquistas femininas. Para serem homenageadas neste ano, indiquei duas mulheres que merecem admiração e reconhecimento pelo papel que desempenham nos espaços em que atuam. São personalidades diferentes, devotadas a causas diferentes, aparentemente com interesses diferentes, mas que, neste momento, aproximam-se e se integram, porque, com seu trabalho, contribuem igualmente para tornar nossa sociedade melhor, mais justa e mais fraterna. Uma atua quase anonimamente, fazendo o trabalho da formiguinha, que, no interior de sua casa, recria o mundo; a outra age no espaço público, participa de grandes decisões que repercutirão na transformação do espaço urbano. A primeira veio de longe para cumprir seu chamado nas montanhas de Minas e encontrou na fé e no amor a Deus e ao próximo o suporte para tocar sua obra, adotando o Evangelho de Jesus como seu fundamento. A outra, brilhante jurista, professora, gestora pública, escritora e também poeta, deixou as montanhas de seu Serro natal para, de Belo Horizonte, ter a visão do Estado inteiro.

Convido para ficar de pé a Dra. Maria Coeli Simões Pires. Bacharel em direito, mestre e doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais, professora de Direito Administrativo da UFMG, ocupou, nesta Casa Legislativa, diversos cargos, tendo sido a coordenadora técnica do processo constituinte de 1989. Como jurista, contribuiu para a literatura da área com obras de reconhecida importância, das quais destaco o livro "Da Proteção Estatal do Patrimônio Cultural". Também é poeta, o que só confirma que a competência técnica pode conviver harmoniosamente com a sensibilidade e o lirismo. Aposentada como Procuradora da Assembleia Legislativa de Minas, Maria Coeli exerceu diversas funções na administração pública estadual e ocupa atualmente o cargo de Secretária Adjunta da Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - Sedru -, sendo a gerente do projeto estruturador da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Parabéns, Maria Coeli, e obrigada pelo que tem feito por Minas Gerais.

A outra homenageada é Magaly Magda Borges, a quem convido para ficar de pé. A Pastora Magaly nasceu no Paraná, onde desenvolveu atividades empresariais no setor de modas. Mudou-se para Belo Horizonte em 1997, com duas filhas, e continuou a se dedicar às suas atividades até 1999. Nesse ano, teve encontro com Jesus, que mudou sua vida e sua visão de mundo, passando a se preocupar com o próximo. Preocupada com o grande número de crianças prostituindo-se nas ruas e usando drogas, iniciou trabalho de evangelização em aglomerados da Capital. Em 2001, a Pastora Magaly abandonou sua carreira de empresária para se entregar exclusivamente à sua missão. Entregou sua vida, sua profissão, sua família e suas finanças ao projeto Casa de Amparo para Mães e Filhos, que abriga atualmente, em tempo integral, cerca de 70 moradores, entre mães e filhos, e proporciona a seus abrigados educação, dignidade e respeito. Preparando as mães e colocando-as no mercado de trabalho, dá às crianças o direito de serem crianças, de serem amadas e respeitadas, de terem moradia confortável e segura, alimentação saudável, educação, lazer e cultura.

Muito teria ainda a dizer sobre minhas homenageadas, que representam mulheres atentas à realidade, dispostas a agir para mudar o que deve ser mudado, capazes de contribuir com sua inteligência para melhorar o mundo, dispostas a abraçar com fé, amor e coragem as causas assumidas, que, ao mesmo tempo, preservam, com dignidade e leveza, suas melhores características femininas, como a delicadeza e a sensibilidade, e continuam a ser mães, esposas, donas de casa, amigas e companheiras. São mulheres que não perderam a capacidade de rir e chorar, de afagar e consolar, de se indignar e de se admirar. Mulheres, enfim. Parabéns, Maria Coeli, Pastora Magaly, todas as homenageadas neste momento e todas as mulheres de Minas e do Brasil. Que Deus continue nos abençoando nessa nossa missão de semear amor, carinho, justiça e paz.

Palavras da Deputada Maria Tereza Lara

Nossos cumprimentos a todos e a todas neste dia tão importante para as mulheres e os homens que têm a alma feminina, Deputado Doutor Viana. Quando a bancada feminina discutia esta reunião, definimos que o momento seria de homenagem e de reflexão. Assim, cumprimento, em primeiro lugar, a assessoria desta Casa, sempre muito presente e competente, por ter elaborado esse bôton com os dizeres "Violência, não; direitos, sim", que nos leva a refletir sobre o momento que vivemos na sociedade. Não é mais admissível que a mulher seja vista como objeto, seja massacrada ou morta; é preciso que a mulher tenha direito à vida, à dignidade e ao respeito. Queremos ver homens e mulheres lado a lado, construindo uma sociedade fraterna. Por isso também, Deputado Doutor Viana, nossa bancada feminina - Deputadas Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Gláucia Brandão, Maria Tereza Lara, Rosângela Reis e Elbe Brandão - fez no ano passado requerimento conjunto à Mesa para que em todas as sessões especiais realizadas nesta Casa houvesse ao menos uma mulher - não necessariamente uma parlamentar - na Mesa. Confiamos que isso será realidade, embora momentos como o de hoje ainda sejam excepcionais e raros na Casa e muitas reuniões se realizem sem sequer uma mulher à Mesa. Mas agora sabemos que os Deputados e a Mesa estão sensibilizados com essa reivindicação e acreditamos que daqui para a frente teremos sempre uma mulher mineira à Mesa em todas as sessões especiais. Essa é uma decisão política, e o Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho já sinalizou às companheiras Deputadas que isso vai ser observado a partir de agora. Assim, quero expor publicamente essa reivindicação de nossa bancada.

Hoje, além das parlamentares, contamos com a presença de Prefeitas - Maria do Carmo Lara, Marília Campos e Elisa Costa - e de Desembargadoras, na pessoa das quais cumprimos todas as mulheres que ocupam cargos públicos ou espaços de poder em associações, sindicatos etc. Somente organizadas vamos conquistar nossos direitos. Cumprimento também às ex-parlamentares presentes, grandes companheiras, Lúcia Pacífico, Maria Olívia e Maria Lúcia. Mas gostaria de me referir especialmente, permitam-me, a duas homenageadas. Em primeiro lugar, à Vereadora Ailda Ribeiro Anacleto, de Mariana. Quando a escolhi, pensei que, como coordenadora da Frente Parlamentar de Igualdade Racial - e não só em meu nome, mas estou certa de que contemplando as Deputadas e os Deputados desta Casa que participam dessa Frente Parlamentar -, não poderia deixar de homenagear essa mulher, negra e Vereadora, a primeira mulher militante do Movimento de Igualdade Racial eleita, que já é Secretária da Mesa.

Essas são as mulheres que conquistam espaço para nós, mulheres, negras, e todos do País que têm o mesmo direito. Ailda, temos uma dívida social com os negros e negras deste País; portanto, na sua pessoa, queremos homenagear todas as mulheres, sobretudo as negras. Ninguém cresce sozinho; então, além delas, contamos com a presença da Mirania de Oliveira, da Academia Marianense de Letras, representando o Presidente Roque Camelo, e a Priscila Sena, representante do Jovens pela Ética de Mariana, representando ainda toda a sociedade da cidade, que a homenageia neste dia.

Karina de Assis, gostaria que você se levantasse. Essa é uma jovem de 20 anos, aluna do programa ProJovem Urbano de Betim, mãe de quatro filhos - tão jovem e já é mãe de quatro filhos, essa moça bonita. Maria do Carmo, Prefeita de Betim, minha irmã e companheira de partido de longa data, permita-me, ao homenagear a Karina, publicamente destacar a importância dos projetos sociais do governo federal para construir a sociedade que tanto defendemos. O ProJovem é um deles, um programa para jovens de 18 a 29 anos que não tiveram a oportunidade de frequentar escola em idade normal. Até hoje Karina não completou o ensino fundamental; agora decidi voltar à escola e se profissionalizar. Dessa forma - e falo isso como Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública -, a prevenção - e isso é também uma sinalização - é o caminho para a construção de uma sociedade sem violência, uma sociedade da cultura da paz. O ProJovem, assim como outros programas do governo do Estado, como o Fica Vivo, defende essa sociedade. Defendemos que as três esferas de poder trabalhem juntas na construção da cultura da paz. Os projetos do Município de Betim, que possui inúmeros deles, assim como o ProJovem, constroem essa cultura e vêm vencendo a violência. Um exemplo é a Escola da Gente; já existem mais de 20 e a meta é chegar a 60 escolas de tempo integral. Um Município onde as coisas acontecem é que deve colaborar para a cultura da paz. Gostaria de fazer esse comentário porque ninguém caminha sozinho. A Karina somente teve essa oportunidade por existir esse projeto de políticas públicas do governo federal e pessoas com esse compromisso.

Em nome da Prefeita de Betim, homenageamos toda a equipe do governo: a Conceição, Secretária de Saúde; o Marcelo, a Carminha Amaral e a Dorinha, coordenadores do ProJovem; Izelda, coordenadora de creche, do Bom Pastor; Geralda, coordenadora de direitos humanos; Gessione e Alvarez, coordenadores do projeto Tambores de Betim; Rosa Vargas, da Coordenadoria da Mulher; e Ofélia, da Coordenadoria de Igualdade Racial. Gostaria de nominar essas pessoas, pois não há outro caminho para construirmos e garantirmos os nossos direitos, os direitos da mulher. O primeiro deles é o direito à vida. Quantas jovens perdem a vida por causa da violência na nossa sociedade, a não ser que seja em conjunto ou no coletivo. Esse é o meu propósito ao nominar essas pessoas.

Gostaria de homenagear também as pessoas aqui presentes nesta tarde, as homenageadas, as lideranças das cidades, pois é dessa maneira, pela construção coletiva, que acabamos com a violência. Está aqui também a Adriana Lara, Vereadora de Vespasiano, vários Prefeitos, Vereadores, autoridades e lideranças comunitárias. Fica aqui o nosso abraço e que Deus nos abençoe, para que as mulheres neste país ocupem espaços no poder e os coloquem a serviço da vida, de uma sociedade justa, fraterna e igualitária.

Deputado Doutor Viana, permita-me, na sua pessoa, cumprimentar todos os Deputados presentes que possuem alma feminina. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Deputada Maria Tereza Lara, ainda mais que estou aqui como bendito fruto entre as mulheres.

Palavras da Deputada Rosângela Reis

Exmo. Sr. Deputado Doutor Viana, que neste ato representa o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa, quero agradecer-lhes e parabenizá-los pelo trabalho que vêm desempenhando nesta Casa. Vejo que têm um carinho especial com todas as mulheres mineiras. Exmas. Sras. Elbe Brandão, Secretária de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte de Minas, que representa aqui o Governador Aécio Neves; Deputadas Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Gláucia Brandão e Maria Tereza Lara; e Prefeitas Maria do Carmo Lara, de Betim, Marília Campos, de Contagem, e Elisa Costa, minha amiga, de Governador Valadares. Quero saudar a Vereadora Virgínia Scarpati, de Timóteo, em cuja pessoa saúdo todas as Vereadoras aqui presentes; e especialmente a nossa querida amiga Maria Lúcia Mendonça, que esteve nesta Casa por um pequeno espaço de tempo e cativou a todos. Maria Lúcia Mendonça, vejo que você, enquanto mulher, sofreu grande discriminação no momento de confrontar e de fazer sua defesa na Justiça. Saúdo também as ex-parlamentares Maria Olívia, que me acolheu na Assembleia no momento em que precisei, a quem agradeço ter-me acolhido, informado e estado aberta comigo, porque não consegui em outro espaço as informações com as quais nos ajudou, e muito; e Lúcia Pacífico, que também está presente. Saúdo a Desembargadora Márcia Milanez, que está representando bem o Vale do Aço no Tribunal de Justiça; e todas as homenageadas nesta tarde, que representam as mulheres mineiras e são exemplo de trabalho, dedicação e vida para todas as mulheres no dia a dia, no trabalho e nos diversos espaços.

Este é um momento de comemoração, mas também de buscarmos e lutarmos por uma igualdade de fato, não por sermos iguais como pessoa física, mas para sermos iguais nos direitos e na busca da democracia. Quero saudar a todos os homens que estão participando desta homenagem, aos Deputados que nestes dias fizeram uso da tribuna homenageando as mulheres e que, nos rincões dos 853 Municípios, têm contribuído para que o desenvolvimento do nosso Estado e do nosso país seja mais igualitário e menos discriminatório. A cada 8 de março o mundo celebra as mulheres e suas conquistas. Esse dia tem sido, há 150 anos, um marco da luta feminina por direitos e reconhecimento. Não obstante tenha-se passado tanto tempo, a data continua sendo fundamental, já que muito ainda precisa ser percorrido na estrada rumo a uma sociedade mais justa e igualitária.

Na data de hoje, ao lançar o livro "Mulheres na Política: As Representantes de Minas no Poder Legislativo", a Assembleia de Minas Gerais destaca um dos grandes desafios que ainda temos pela frente: romper barreiras para maior participação da mulher na política brasileira. A publicação ratifica o quão distantes ainda nos encontramos da democracia. Ao longo de tantas eleições, os mineiros elegeram apenas 28 mulheres para os Parlamentos estadual e federal, somente 8 Deputadas Federais e 1 única Senadora, a Deputada Júnia Marise. É claro que me sinto orgulhosa pelo fato de mais de 66 mil mineiros terem me considerado capaz de representá-los no Poder Legislativo, colocando-me, assim, de forma inusitada, na história política de nosso Estado. Entretanto também não posso deixar de considerar essa situação lamentável, pois não se trata apenas de equiparar números, mas de garantir a democracia em um país onde mais da metade da população economicamente ativa é feminina. É claro que a representatividade deve estabelecer-se sobretudo por meio da correspondência de ideais. Porém como garantir o atendimento às necessidades e aos anseios femininos e da população negra, por exemplo, em país onde dominam os homens, os brancos e seus ideais? Embora as proposições e a atuação política não dependam de gênero, posso garantir que as bancadas femininas no Congresso, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais têm dado fundamental apoio a todas as lutas em defesa dos direitos da mulher e garantido muitas conquistas. Aqui, na Assembleia, por exemplo, somos coautoras, com o Deputado Doutor Rinaldo, do projeto de lei que aumenta de quatro para seis meses a licença-maternidade das servidoras estaduais. Também é claro que os diversos segmentos da sociedade não podem esperar que as políticas públicas a eles direcionadas surjam sem que eles as demandem. Uma das leis mais importantes e avançadas para tentar combater problema gravíssimo e crônico, a violência doméstica e familiar contra a mulher, é a Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, que se originou de histórica mobilização feminina. Para que ela seja efetivamente implementada, é preciso montar rede de proteção, o que continuamos perseguindo; de minha parte, busquei contribuir garantindo em lei a criação de vara especializada em Ipatinga. Agora estamos batalhando para a instalação dessa vara. Muitos são ainda os desafios em busca dos direitos da mulher, e ressalto o combate às desigualdades salariais, a proteção da mulher no mercado de trabalho, a melhoria nas condições de saúde sexual e ampliação dos direitos das empregadas domésticas. A queda da taxa de fecundidade e o aumento do nível de instrução foram fatores preponderantes para a inserção da mulher no mercado de trabalho e a elevação da sua renda. Mas, mesmo o número de mulheres chefes de família tendo crescido 79% em 10 anos, passando de 10,3 milhões, em 1996, para 18,5 milhões em 2006, a brasileira continua subempregada e ganhando em média 28% a menos do que os homens. São questões que devemos enfrentar de forma séria, com o envolvimento de toda a sociedade. Mas hoje, além de lembrarmos conquistas das mulheres e pontuarmos grandes desafios que ainda temos pela frente, transformamos a reunião ordinária desta tarde em reunião especial com outro objetivo não menos importante: homenagear mulheres que, por sua vida e trabalho, têm dignificado o nosso gênero e se tomaram, em Minas e nas regiões onde vivem, exemplos para todos nós. Uma dessas mulheres, e eu gostaria que se levantasse, é a empresária, pedagoga, jornalista e colunista social no Vale do Aço, Cleucy Novais Afonso, para quem peço os aplausos dos presentes.

Gostaria de, espontaneamente, falar de você, Cleucy, essa mulher guerreira, forte, de fibra, que tem atuado nos diversos espaços da comunicação, uma área de grande discriminação às mulheres, mas você tem sido exemplo e rompido as barreiras. Não são os títulos, caros presentes, que a meu ver mais significam essa mulher, que conheço como profissional e amiga, e sim o seu permanente trabalho pela valorização do ser humano, seja oferecendo oportunidades e estendendo a mão a quem precisa, seja propagando talentos ou destacando trabalhos e vidas valorosos. Você, que homenageia tantas mulheres, hoje está sendo homenageada. Da mãe herdou o dom de ajudar o próximo; do pai, ex-Prefeito de Lagoa Santa, o interesse pela política. Mesmo trabalhando de 18 a 20 horas por dia, Cleucy coloca, como destaques em sua vida, Deus e a família e orgulha-se, com todo o direito e amor, de ter tido o papel de maior destaque até aqui na formação dos filhos, Ana Cláudia e Guilherme José. Parabéns Cleucy. Que você continue com esse trabalho bonito que desenvolve por meio de palavras e ações no nosso Vale do Aço! O nosso muito obrigado a você.

Outra mulher muito especial, que tem uma vida voltada para o próximo, e para quem também peço o aplauso de todos neste momento, é a advogada e conselheira da OAB de Minas Gerais Helena Geralda Silva. Helena foi uma das fundadoras da OAB de Timóteo em 1996 e tornou-se sua Presidente na penúltima gestão, encerrada no início deste ano. A atuação dessa subseção da OAB foi fundamental para o desenvolvimento da Comarca de Timóteo. A vida dessa mulher é marcada por uma participação ativa em movimentos sociais e religiosos que buscam a promoção da vida humana e a inclusão das pessoas. Em grupos de jovens, na década de 80, atuou no enfrentamento de questões, como o uso de drogas, prostituição e gravidez precoce. Na década seguinte, desenvolveu um importante trabalho voltado para a população carcerária nas Varas de Execução Penal, junto à Pastoral Carcerária e aos conselhos da comunidade das Comarcas de Coronel Fabriciano e Timóteo, contribuindo para que uma população totalmente excluída tivesse acesso aos seus direitos, como redução de pena, benefícios previdenciários e,

em algumas vezes, até a liberdade. Juntas, e com o apoio dos Deputados desta Casa, conseguimos manter as Comarcas de Timóteo e Coronel Fabriciano como entrâncias especiais em 2008, ao contrário do que previa o Tribunal. Trata-se de uma vitória importante para a região. Hoje, como Conselheira da OAB Estadual, Dra. Helena poderá trabalhar ainda mais para o desenvolvimento das Comarcas do Vale do Aço. Com certeza estarei ao seu lado, Dra. Helena, com o mesmo objetivo. Parabéns! Na pessoa dessas grandes e lindas mulheres, quero que sintam especialmente homenageada toda a população feminina de Minas e do Vale do Aço, desde as personalidades às mulheres anônimas, pois, com certeza, não estão atreladas à notoriedade alguns dos mais preciosos dons da mulher: a força, a sensibilidade e o pilar que representam dentro das suas famílias. Que Deus as abençoe a cada dia. Muito obrigada a todos e a todas.

Palavras da Secretária Elbe Brandão

Boa-tarde a todas as pessoas que se fazem presentes nesta Casa, palco de tantas discussões, celebrações e de tantas emoções, como diria aqui Roberto Carlos. Acredito que a emoção de ser mulher e de estar na caminhada do gênero, além de participar de uma sociedade e ver a história, é que marca a trajetória das mulheres no Poder Legislativo do Estado de Minas, representando, assim, toda a sociedade. Cumprimento ao Exmo. Deputado Doutor Viana, 10º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que nunca se furtou de lutar em defesa das causas das mulheres nesta Casa. Cumprimento também as Deputadas Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Gláucia Brandão, Maria Tereza Lara, Rosângela Reis, companheiras de estrada de caminhada. Destaco a presença de quatro Prefeitas e cito Maria do Carmo Lara, Marília Campos e Elisa Costa, todas foram parlamentares, ou seja, elas passaram pelo Parlamento, exerceram o exercício pleno da democracia nesta Casa e no governo federal para caminharem rumo ao Executivo. Tenho absoluta certeza de que a experiência pelo Parlamento as ajudou a chegar aos postos em que se encontram, cada uma com a sua história e com a sua vida, exercendo trabalho não só em nome da mulher, mas também em nome de toda a sociedade. Deputado Doutor Viana, V. Exa. há de concordar comigo, assim como todas as nossas ex-colegas que aqui estão: a Lúcia Pacífico, a Elaine, a Maria Lúcia, a Vera Coutinho e a Cristina, que representa o Conselho Estadual da mulher, porque eu gostaria de pedir ao cerimonial mais uma cadeira para a nossa colega Maria Olívia, que exerceu papel preponderante nesta Casa. Assim, gostaria que você subisse para se assentar ao nosso lado nesta Mesa de honra. Ao desistir do mandato, você não desistiu da vida pública nem desta Casa. Você fez história.

Há 16 anos, quando pus os pés aqui pela primeira vez, aos 28 anos de idade, meio zonza, infantil e cheia de medos, fui socorrida pelas mãos da Maria Olívia para que pudesse, de corpo e alma, construir a minha história nesta Casa. Aliás, a Maria Olívia foi citada nesta tarde por quatro de nós: pela Rosângela Reis, pela Ana Maria Resende, pela Cecília Ferramenta e fundamentalmente por mim. A Deputada Maria Olívia também teve quatro mandatos nesta Casa, ou seja, 16 anos de luta e história. É muito bom vê-la cada dia mais bonita, alegre e de bem com a vida, lutando pelas causas. Não é necessário ter mandato para estar na sociedade fazendo a diferença, e a Deputada Maria Olívia é um exemplo disso, como cada uma daquelas que hoje estão sendo homenageadas. Na pessoa da Carla Roque e na da Graziela, também gostaria de homenagear todas as servidoras da Assembleia de Minas, bravas guerreiras e companheiras, sempre abertas para a capacidade de estabelecermos a interface. Esta Casa muito ensinou a Minas Gerais e ao Brasil, sempre dando oportunidade às discussões do contraditório.

Existe um frase de Tancredo Neves que diz o seguinte: "Não são as pessoas que brigam, quem briga são as ideias", e esta Casa, ou melhor, o Parlamento nos ensina isso permanentemente. Não havemos de brigar com as pessoas, mas as ideias sim, elas podem e devem estar envolvidas num confronto em prol da diversidade. Representando o Sr. Governador do Estado, Aécio Neves - o Governador com o maior índice de aceitação do Brasil, que vem de uma trajetória de oito anos fazendo a diferença em todos os campos da sociedade mineira e o qual todos acompanham na trajetória e no exercício do planejamento e das políticas públicas no Estado, por todos os avanços e mudanças que tivemos, sempre tendo ao seu lado o nosso Vice-Governador Antonio Anastasia e a Secretária Renata Vilhena, no primeiro escalão da grande administração do nosso Estado -, gostaria de pedir licença a ele para primeiro falar como uma parlamentar com 16 anos de história nesta Casa e há 7 licenciada. Assim como a Maria Olívia, tomei a decisão de não mais me candidatar, entendendo que já cumpri com o meu papel nesta sociedade e que outras precisam chegar, e as que aqui estão espero que ainda tenham vigor de continuar essa trajetória, lembrando que a Deputada Elisa Costa foi eleita nesta legislatura, mas teve de renunciar porque foi eleita Prefeita, mas nós atingimos o percentual de 12% de representação em Minas. Vou fazer o meu último pronunciamento utilizando a tribuna desta Casa, que me trará muitas saudades, mas não saudades com dor, porque tenho certeza de que eu e cada uma que aqui está fizemos tudo que estava ao nosso alcance e até um pouco mais, para ver Minas Gerais transformar-se, a cada dia, numa sociedade mais justa, fraterna, humana e igual. Assim como cada uma delas, Sr. Presidente, eu gostaria de falar aqui da pluralidade. Entre nossas homenageadas, tivemos advogadas, poetisa, representantes da OAB, representantes, com muito carinho,

de comunidade quilombola e das folias de reis; apoio à cultura; a mãe, a avó, as representações que se fazem aqui, Prefeitas homenageadas, Vereadoras, o que me deixa feliz. Para completar cada uma dessas homenagens justas, trouxe duas. Uma é Margareth Durães, que peço que se levante. Trata-se de servidora pública. Ao homenagear Margareth, homenageio a todas as servidoras públicas do Estado, que, com muita força e tenacidade, cumprem seu papel no poder público de fazer a diferença. Sabemos que têm ocorrido alguns ganhos para os servidores públicos, mas que ainda há grande estrada a ser percorrida na nossa sociedade, na história brasileira nesse sentido. A Margareth começou como servidora pública na antiga Febem. Ela foi uma das pessoas que promoveu a mudança da Febem, que tinha meninos e jovens como prisioneiros maltratados, para libertá-los na busca da consciência de que meninos que estão em vulnerabilidade social precisam de amor, carinho e inserção da família para que estejam na sociedade efetivamente como cidadãos. Aquela foi luta de romper barreiras, de tirar meninos de grades e de tirar modelo de política até então implementado, para traçar outros movimentos. Ela começou na Febem aqui, depois foi para o Vale do Jequitinhonha e hoje faz a diferença. Vi a Cecília, com muito orgulho, contar a trajetória da sua homenageada, D. Rosária, que aprendeu a ler, e quero dizer que a Margareth vem de projeto nosso em parceria com o governo federal, por meio do qual diminuímos em 40% o analfabetismo absoluto nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e no Norte de Minas.

Carregamos conosco hoje a alegria de ter feito a diferença na vida de 182 mil pessoas até o ano de 2009. Conseguimos com ela, em parceria com a Pastoral da Criança, com o governo federal e com a Secretaria de Saúde do Estado, reduzir em 50% a desnutrição das nossas crianças nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e no Norte de Minas. Conseguimos fazer com que o artesanato do Jequitinhonha hoje esteja na pauta nacional, nesta política de geração de emprego e renda que hoje alcança nosso país - não só Minas Gerais - e também o exterior. Mudamos a vida de milhares de pessoas por meio de associações comunitárias, quilombolas, grupos indígenas, mulheres artesãs, mulheres da dança, mulheres da cultura, jovens mulheres que fazem a diferença. É com muito orgulho, Margareth, que lhe trago esta justa homenagem do Poder Legislativo, em razão da servidora pública, da mulher, da mãe e da companheira que é, não só para seu esposo, mas também para seus colegas de trabalho, especialmente na minha vida, pois partilhamos uma jornada.

Para representar toda a nossa sociedade mineira, trago também a primeira-dama de Santo Antônio do Itambé, Ana Paula. A Ana Paula, há seis anos, vem desenvolvendo trabalho em Santo Antônio do Itambé, Município que abriga o Pico do Itambé, no nosso Vale do Jequitinhonha. Ao lado do seu esposo Augusto e de toda a sociedade, tiraram Santo Antônio do Itambé do 4º pior índice de desenvolvimento de justiça social no Estado e, em quatro anos, trouxeram-no para o 5º melhor do nosso Estado, constatado pelo IBGE. Isso significa que você estava lá, oportunizando a vida de crianças, de mulheres, de jovens, da terceira idade. Você conseguiu fazer a diferença no seu Município, de forma compartilhada. O Parlamento reconhece isso com justiça, com dedicação e com respeito. Agradeço muito a presença de vocês duas aqui, com as demais homenageadas desta tarde.

Gostaria de finalizar a minha fala. Antes de a Cecília falar, comentei que este ano estamos muito certinhas - porque costumávamos falar demais. Nossas solenidades duravam até as 18 horas, 19 horas, e não nos incomodávamos. Mas este ano, Presidente, o senhor está muito rigoroso conosco. Pelo que estou vendo, meu tempo já está se esgotando. Ainda há mulher recebendo menos no mercado de trabalho, com dupla ou tripla jornada. Conversávamos, agora, que alguns dias chegamos exaustas em casa, porque não há uma mulher hoje, na sociedade, que trabalhe menos que 12 horas por dia. Na hora em que chegamos em casa, precisamos ser mães, esposas, amigas, e isso nos traz um processo de exaustão. Todas as entrevistas e análises de jornais desta semana ignoraram pontos positivos que a mulher conquistou, mas, quando consideramos aquelas que foram mortas há 150 anos, precisamos ter humildade para entender que o tempo da nossa história de vida

não é o tempo da história de uma sociedade. Se ainda, com convicção, temos o conhecimento de que recebemos menos e trabalhamos mais, isso é porque não estamos lutando apenas pelas mulheres, mas pelo feminino. Quando buscamos o conceito de feminino, percebemos que não temos condições de medi-lo, pois ele não se apresenta em números. No entanto, já percebemos a repercussão disso, quando todas nós que aqui nos pronunciamos falamos da alma feminina do Deputado Doutor Viana. A alma do Doutor Viana é dele, e traz o masculino, mas sei que ele tem em casa a história de luta das mulheres, pela mulher e filha que tem em casa, e que não lhe dão paz. Da mesma forma, não damos paz aos nossos maridos, amigos, companheiros, para que respeitem e lutem por uma vida melhor. O feminino é o amor, a compreensão, o respeito, a indignação. É com esses valores que nós, mulheres, que fazemos parte da história da humanidade, continuaremos marchando, sim, até que um dia possamos ver toda uma sociedade onde o feminino e o masculino possam estar em pé de igualdade, compondo assim o ser humano e buscando o melhor dele, que seria o sentido do nosso Deus. Quando falamos em Deus, falamos do justo e do perfeito, do amor e da compreensão. Lembramos de São Francisco de Assis, que pede, humildemente, que sejamos muito mais instrumento de amor, de paz, de luz, do que de ódio, de violência, de desrespeito. E, sem desfazer do masculino, cada uma dessas palavras representa o feminino na nossa história. Que possamos homenagear o feminino, lutar a cada dia por ele. Sabemos que por isso, a cada dia, nessa luta, contamos mais com os homens ao nosso lado.

Finalizando, gostaria de pedir a todos que aqui estão para ficarmos de pé, e não para fazermos um minuto de silêncio, Ana, mas para, quem sabe, com 20 ou 30 segundos, aplaudir uma mulher que fez a diferença na história do Brasil: a Dra. Zilda Arns, que, com a Pastoral da Criança, fez abrir os olhos do Brasil e do mundo, com um novo olhar, para uma nova história, para um novo momento. No governo de Minas, tivemos o privilégio de ter a Pastoral como grande parceira na luta pela redução da desnutrição. Onde quer que ela esteja, onde quer que seja cravada a história, que esse retrato da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais possa estar, ao comemorar o Dia Internacional da Mulher, fechando o nosso momento, acredito, com o aval de todos, e homenageando a ela, que hoje está no céu, certamente, olhando por nós, em busca do justo, do perfeito e do humano. Muito obrigada.

Entrega de Placas

O locutor - Neste momento, a bancada feminina da Assembleia Legislativa prestará homenagens às mulheres que se destacaram em 2009. São elas: Ilda Soares Fonseca, pedagoga e voluntária no serviço de apoio da Secretaria Municipal de Educação; e Márcia Maria Filizzola Paiva, microempresária e voluntária no Centro Regional Maria dos Anjos Macedo, de Sete Lagoas, indicadas pela Deputada Ana Maria Resende; Rosária Custódia da Costa, servidora aposentada da Prefeitura Municipal de Ipatinga, e Sebastiana Geralda Ribeiro Silva, Presidente da Associação dos Quilombolas de Bom Despacho e capitã do Terno Moçambique de São Benedito do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, indicadas pela Deputada Cecília Ferramenta; Ana Paula Moreira Silva, voluntária em um projeto de geração de renda com jovens, mulheres carentes e alcoólatras em Santo Antônio do Itambé, e Margareth Fátima Dias Durães, Coordenadora Regional do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais, indicadas pela Deputada Elbe Brandão; Magali Magda Borges, fundadora da Associação Embaixada do Altíssimo - Geração de Davi, e Maria Coeli Simões Pires, Secretária Adjunta de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, indicadas pela Deputada Gláucia Brandão; Ailda Ribeiro Anacleto, Vereadora de Mariana, e Karina de Assis, aluna do ProJovem Urbano de Betim, indicadas pela Deputada Maria Tereza Lara; e Cleucy Novais, pedagoga e jornalista, e Helena Geralda da Silva, advogada e Conselheira da OAB-MG, indicadas pela Deputada Rosângela Reis.

O Deputado Doutor Viana, representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, as Deputadas Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Gláucia Brandão, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis e a Secretária Elbe Brandão procederão à entrega das placas às homenageadas. As placas contêm os seguintes dizeres: "Mulher, sua habilidade em conciliar força e sensibilidade constitui a base para a edificação de uma sociedade mais humana e para a ampliação e a efetivação dos direitos conquistados. O reconhecimento da Assembleia Legislativa, que valoriza o seu empenho em superar obstáculos e preconceitos em prol do bem comum".

- Procede-se à entrega das placas.

A Sra. Sebastiana Geralda Ribeiro Silva - Sr. Presidente e Deputadas, não sei falar bonito porque não sou professora, apenas uma mãe de família, uma guerreira, uma quilombola que arranca mandioca do chão para tratar do nosso povo. É com muita humildade que digo que nunca pensava na vida em um momento como este, de uma negra ser homenageada dentro de uma Casa como esta, com tantos parlamentares dando apoio ao trabalho dos negros. Sinto que, se eu morrer agora, morro com muita alegria, porque aqui está... Onde estão os meus netos e bisnetos? Está aqui o meu povo. Apanhei 17 meninos na rua para criar - aliás, tenho 7 meus. Sou pobre, mas rica de fé e esperança. Agora vou dizer-lhes para irem lá, a fim de verem que conseguimos essas máquinas para formar os nossos negros. Infelizmente os negros são sempre discriminados porque não têm profissão, mas os nossos meninos estão lá sendo profissionais. Não sou nada, mas guerreira que luta em prol do meu povo. Deputados e Deputadas, pelo amor de Deus, ajudem a socorrer o meu povo. O meu povo é gente! Foram os negros que lutaram. Se esta nação tem esse poder, foi porque saiu das mãos dos negros. Pelo amor de Deus, gente, não judiem dos negros, valorizem-nos. Os negros são a riqueza desta nação. "Um abraço negro / um sorriso negro / traz felicidade / negro sem emprego / fica sem sossego / negro é a raiz da liberdade". Um abraço negro. Esse é o abraço que estou dando em todas as Deputadas, em todos os presentes, especialmente nessa formiguinha guerreira, que é pequenina, mas é porreta. Parabéns!

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvirem as canções "Angélica", de Chico Buarque, "Gracias a La Vida", de Violeta Parra, e "Maria Maria", de Milton Nascimento e Fernando Brant.

- Procede-se à apresentação musical.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/3/2010

Presidência dos Deputados Doutor Viana e Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado André Quintão; discursos dos Deputados Weliton Prado, Vanderlei Miranda e Carlin Moura; votação do requerimento; aprovação - Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.624; encerramento da discussão; votação secreta do veto ao art. 2º; manutenção - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.568; discurso do Deputado Carlin Moura; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademar Lucas - Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira -

Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Doutor Rinaldo - Doutor Ronaldo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado André Quintão, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que os vetos às Proposições de Lei nºs 19.624 e 19.568 sejam apreciados em primeiro lugar, nessa ordem. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado* - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o Deputado André Quintão, Deputado atuante nesta Casa, por ter apresentado o requerimento de inversão da pauta. É um projeto importante, que altera o inciso III do art. 3º da Lei nº 14.937, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. Aliás, o nosso Estado tem uma das maiores alíquotas de IPVA, se comparado com todos os outros Estados da Federação. No Espírito Santo e em Goiás, por exemplo, Estados vizinhos, a alíquota é praticamente a metade do valor do IPVA cobrado em Minas. Além disso, no nosso Estado, ocorre uma injustiça muito grande. Qual é essa injustiça? Os proprietários de veículos com mais de 10 anos pagam imposto da mesma maneira. Em Goiás, esses veículos são isentos de imposto, assim como em outros Estados da Federação. Então, além do IPVA em Minas ser mais caro, além de se taxar imposto sobre veículos com mais de 10 anos, há a Taxa de Licenciamento, que praticamente só existe aqui. É uma grande injustiça com nossos consumidores que, além de pagarem um valor muito mais alto do que nos outros Estados, pagam a Taxa de Licenciamento. Infelizmente, os veículos com mais de 10 anos são obrigados a pagar também.

O desconto que o IPVA teve neste ano teria que ser maior do que foi. O desconto foi realmente pequeno, porque o IPVA tem que ser calculado em cima do valor venal, em cima do valor real do veículo. Com a crise econômica e a redução do IPI, os veículos despencaram de preço, tiveram uma redução em torno de 30%.

Esse percentual de 30% deveria ter sido o mesmo da redução do IPVA em nosso Estado. Infelizmente, não foi isso que o governo fez. Nossa carga tributária é muito pesada. Quem tem carro flex paga 25% só de ICMS, que é muito alto, pois o Estado de São Paulo cobra 12% e Goiás cobra 15%. Matérias publicadas nos jornais mostram que o IPVA em nosso Estado é o mais caro do País.

No início do primeiro mandato do Governador Aécio Neves, denunciemos nesta Casa que houve uma remissão de cobrança de IPVA. Como o Estado concedeu desconto de 50% do IPVA às locadoras de veículo, especificamente à Localiza, para fazer a compensação devido à Lei de Responsabilidade Fiscal, o governo aumentou o IPVA de motos, carros, e das peruas e vans dos feirantes. Para conceder o desconto a determinada categoria, outra tem de pagar a conta, por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal. O governo concedeu desconto às locadoras de veículos e aumentou o IPVA dos proprietários de veículos, que são os que mais precisam. Quem tem moto e veículos utilitários chegou a sofrer aumento de quase 100% do valor do IPVA. Apresentamos emendas e conseguimos acabar com a taxa de incêndio, com a taxa para chamar a polícia e fazer o boletim de ocorrência. Só que, infelizmente, foi aprovado o aumento do IPVA para quem tem veículos utilitários, por meio de concessão de um desconto às locadoras de veículos. A Localiza foi uma das maiores financiadoras da campanha do governo.

Deixo esses questionamentos. Encaminhamos favoravelmente à aprovação do requerimento para a inversão da pauta, para que possamos derrubar o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.624, que altera o Projeto nº 14.937, que dispõe sobre o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores, e o Veto Total à Proposição de Lei nº 19.568, encaminhado pela Mensagem nº 463/2010, de autoria do governo do Estado, que dispõe sobre a cremação de cadáveres. Sobre esse veto total à proposição, queremos explicações, de acordo com a legalidade, sobre as razões pelas quais o Governador a vetou.

Em relação ao IPVA, esperamos um posicionamento do Ministério Público, para que seja ajuizada uma ação. Entramos com uma representação, porque o valor dos veículos sofreu uma diminuição em torno de 30%, e o cidadão já está pagando o IPVA caro. Esperamos que isso possa ser reformulado, realizando-se novo cálculo para o ano que vem, sendo o cidadão ressarcido dos valores que pagou a mais no IPVA. Foi um valor alto. Os outros Estados do Brasil praticaram uma redução maior do que a ocorrida em Minas Gerais. Por essa razão, acionamos o Ministério Público, entramos com uma representação, solicitando que a lei fosse cumprida, fosse respeitada. O valor do IPVA deveria ter sido calculado sobre o valor de mercado do carro. Infelizmente, a tabela praticada pelo governo do Estado foi totalmente equivocada. Além do cidadão ser prejudicado por ter de pagar Taxa de Licenciamento que, praticamente só existe aqui, o cidadão tem de pagar o seguro obrigatório, outro roubo. Uma das próximas campanhas que vamos engatilhar é sobre o seguro obrigatório. Da mesma maneira que realizamos a campanha vitoriosa da redução, em 2008, de 17% da conta de luz, no ano passado, impedimos o aumento do valor da água da Copasa. Foi o primeiro ano em que não houve aumento nas contas da Copasa. Conseguimos também, em campanha, acabar com a Taxa de Incêndio, taxa para chamar a polícia, taxa para fazer o boletim de ocorrência. Agora, estamos com a campanha da telefonia, porque as tarifas mais caras do mundo são praticadas pelas companhias de telefone de nosso país. Nossa tarifa de celular é a mais cara do mundo. Só para dar um exemplo, a tarifa do celular, em nosso país, é 2.150% mais cara que na Índia. Por um minuto de telefonia celular na Índia é cobrado R\$0,01 ou R\$0,02. Além disso, ainda somos obrigados a pagar assinatura básica da telefonia. Todo mês, o cidadão tem de pagar R\$46,00, e essa é uma cobrança indevida.

Depois de muita pressão, depois de o projeto já estar na gaveta há quase 10 anos, conseguimos que o Presidente da Câmara dos Deputados,

Michel Temer - fomos até a Câmara -, criasse uma comissão especial. Vamos pressionar para que o projeto entre na pauta. Acho que já foi uma grande vitória, porque o projeto estava empoeirado na gaveta da Câmara dos Deputados. Depois de muita pressão e de muita mobilização, conseguimos que saísse da gaveta e os partidos estão indicando os membros que irão compor essa comissão especial. Há todas as condições de se levar o projeto para votação em Plenário e de se acabar a assinatura básica mensal da telefonia. Aliás, já existe um projeto meu tramitando aqui na Casa que proíbe a cobrança da assinatura mensal da telefonia no Estado de Minas Gerais.

Depois de todas essas campanhas, queremos engatilhar outra relativa a seguro obrigatório, à Fenaseg, que é uma verdadeira máfia, uma verdadeira caixa-preta. Vamos mexer nesse vespeiro, porque o cidadão não aguenta mais pagar tantas contribuições. Realmente a carga tributária praticada no nosso país é altíssima. Acho que poderíamos ter feito várias alterações no projeto que estamos discutindo, que altera a Lei nº 14.937, de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA -, a fim de diminuirmos a alíquota praticada no nosso Estado, que é pesadíssima. Como já exemplifiquei, nos outros Estados o valor do IPVA é muito menor que o do nosso Estado. Por isso, muitos proprietários deixam de emplacar seus veículos em Minas Gerais para fazê-lo em Goiás, no Espírito Santo, em Santa Catarina e em São Paulo, porque lá o IPVA é muito menor. Em Goiás, os veículos que têm mais de 10 anos são isentos de pagamento de IPVA. Realmente essa é uma grande injustiça com a população de Minas Gerais, que paga uma das tarifas de IPVA mais caras do País. Além de tudo isso, o cidadão ainda é obrigado a pagar a Taxa de Licenciamento. Ninguém aguenta isso. Então, encaminhamos favoravelmente à aprovação do projeto.

Como disse anteriormente, todas as vezes em que subir a esta tribuna, lembrarei da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, para garantir dignidade aos servidores da segurança pública. Parabéns e cumprimento todos que realmente acreditaram na campanha contra as tarifas abusivas cobradas pelas companhias de telefone e de internet do nosso país. Essa campanha está pegando fogo e se alastrando em todo o País. Temos todas as condições de sairmos vitoriosos.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Vanderlei Miranda.

O Deputado Vanderlei Miranda - Na pessoa do Presidente, Deputado Doutor Viana, saúdo todos os Deputados e Deputadas que se encontram presentes à reunião extraordinária desta manhã; os profissionais da imprensa, que dão cobertura aos nossos trabalhos; os servidores desta Casa; os presentes nas galerias; e, especialmente, o público de casa que acompanha os trabalhos pela TV Assembleia.

Sr. Presidente, vou apenas tecer alguns comentários, então não utilizarei todo o tempo que me é devido para discussão. A esse projeto, que diz respeito à isenção de IPVA para portadores de necessidades especiais, uma causa muito justa que foi iniciada pelo Deputado Walter Tosta, também apresentamos uma emenda de nossa autoria, que, de certa forma, traz uma contribuição muito grande para um setor importantíssimo que dá suporte à área de educação, que são os transportadores escolares do nosso Estado.

A minha emenda, que foi aprovada nesta Casa, entrará em vigor a partir de 15 de março. Isso significa que, a partir de 2011, nenhum transportador escolar do nosso Estado pagará IPVA. Eles tinham uma redução desse imposto. Essa emenda foi aprovada nesta Casa com o apoio de todos os colegas Deputados. Sabemos que não se aprova isoladamente nenhum projeto, ou seja, um Deputado sozinho não aprova um projeto nesta Casa. Muitas vezes, pode trazer a responsabilidade de haver apresentado determinado projeto, mas se não tiver a cooperação dos colegas, esse projeto não irá prosperar.

Por isso fica aqui a minha gratidão aos colegas Deputadas e Deputados que entenderam a importância dessa isenção do IPVA para os transportadores escolares, principalmente porque o mês de janeiro é uma época crítica para eles. O período de férias é a entressafra do transportador escolar, mas suas despesas não param: ele precisa fazer a manutenção do carro, aproveitar o tempo em que não está transportando alunos para fazer vários reparos. Além disso, tem o pagamento do IPVA, que não é barato. Mesmo com a redução, não era pouca coisa. A partir de agora, graças a Deus, isso será solucionado.

Se a informação não chegou aos transportadores escolares que, nesse momento, estão nos acompanhando pela TV Assembleia, nos mais de 300 Municípios em que a emissora chega, esclareço que todos os transportadores escolares cooperados, não cooperados, de Prefeituras - que tinham essa isenção - foram beneficiados por essa emenda. A partir de 2011 não pagarão mais o IPVA.

No que diz respeito à derrubada do veto que retroagia a 2007, na emenda de autoria do Deputado Walter Tosta, que é favorável à derrubada do veto, encaminho pela derrubada do veto, porque aquilo que mais precisávamos foi conseguido, ou seja, a isenção do IPVA.

Entendo que, se a lei entrará em vigor a partir de 15 de março, como está previsto, a última parcela - que irá vencer após essa data - não é devida, porque a lei entrará em vigor antes do vencimento dessa última parcela. Fica aqui essa minha orientação para o transportador escolar, que pode questionar o pagamento da terceira parcela, se ainda não fez o seu pagamento. Nada mais justo que não seja cobrado esse pagamento, porque a lei entrará em vigor em data anterior ao vencimento da última parcela. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, encaminharemos favoravelmente à aprovação do requerimento que pede a inversão de pauta para colocar em primeiro lugar a apreciação do veto que trata sobre a isenção do IPVA. É muito importante a aprovação desse requerimento.

Observamos que a pauta está sobrecarregada em razão dos 10 vetos opostos a projetos de leis que foram votados na Casa, mas que o Governador do Estado vetou. O Governador do Estado não quer que esses projetos se transformem em leis que trarão benefícios para o povo. Percebemos que constam na pauta os vetos relativos ao Tribunal de Contas do Estado, à Advocacia-Geral do Estado e à Cemig. Fizemos uma importante mudança no projeto relativo à Cemig, prevendo que os lucros decorrentes da exploração da internet fossem revertidos em modicidade tarifária, ou seja, fossem usados para diminuir a conta dos seus consumidores. Há, ainda, vetos relacionados a projetos referentes à queima de cadáveres e a diversos outros assuntos, entre eles, o IPVA, que estava mais abaixo.

Consideramos importante que este seja apreciado em primeiro lugar. O projeto, que se transformou em lei, foi votado no final do ano passado e prevê a isenção de pagamento de IPVA de veículos de portadores de deficiência física, estendendo-a aos veículos usados para o transporte de menores de idade que também são portadores. Também há previsão de isenção de pagamento de IPVA para o transporte escolar, mesmo para veículos usados, e não necessariamente novos. O Governador vetou a parte que fala da retroatividade, ou seja, essa isenção retroagiria a 2008, o que implica, uma vez aprovada, a restituição desses valores. Pelo nosso entendimento - não que eu veja dificuldades -, a operacionalização da restituição desses valores seria difícil. O governo alega que não teria como proceder a essa restituição. Mas o que percebemos mesmo é que, ao vetar esse artigo que impede a retroatividade, o governo está sinalizando, está tentando dizer, e precisamos compreender, que o caixa do Estado de Minas vai mal das pernas.

A situação financeira de Minas não está boa, essa é a realidade. O governo não tem coragem de assumir isso publicamente, mas as contas do Estado estão desequilibradas. Como estamos em final de governo, é o último mês do atual Governador, é o último do mandato, ele não virá a público assumir que as contas estão desequilibradas. Tanto é verdade, Sr. Presidente, que existe um desequilíbrio no Orçamento de 2010 da ordem de R\$12.000.000.000,00. Esse valor está sendo acobertado por empréstimos no mercado financeiro internacional, no Banco Mundial.

Tivemos de aprovar uma autorização nesta Casa para que se fizessem esses empréstimos. Então, há desequilíbrio orçamentário no Estado. Aquela história toda que ouvimos durante oito anos, a mesma cantilena, a mesma ladainha do déficit zero, do equilíbrio de Minas Gerais, foi por água abaixo. Minas Gerais não está bem no seu orçamento, no seu caixa. Só vamos perceber isso na transição do governo, porque o governo está com dificuldades para cumprir as suas obrigações. Ele impede que o portador de deficiência ou o dono de "van" escolar tenha direito a essa restituição porque, além da Lei de Responsabilidade Fiscal, na verdade não tem como devolver o dinheiro. Tanto isso é verdade que as emendas populares aprovadas no Plano Plurianual de Ação Governamental, como, por exemplo, as do Orçamento Criança e Adolescente, estão com a sua execução atrasada. As emendas que os Deputados apresentaram para ajudar um Prefeito do interior a construir uma quadra, um poço artesiano ou fazer um calçamento de rua também não estão sendo pagas. Ai surgem dois aspectos, e não só o político. Não é apenas porque as emendas são de Deputados de Oposição; existe a questão política, mas o ponto principal é que o governo não está pagando emenda porque o Estado de Minas Gerais está falido, quebrado, mal das pernas, desequilibrado. Essa é a realidade em que Minas Gerais se encontra hoje. Minas está com suas contas desequilibradas. Esse é o desafio que apresentamos nesta tribuna. Se o governo estivesse bem das pernas, teria pago as emendas, teria cumprido o Orçamento Criança e Adolescente, teria feito essa execução orçamentária.

É importante, Sr. Presidente, a inversão da pauta para que votemos o projeto do IPVA relativo aos deficientes físicos e aos donos de "van" escolar. Queremos votar a matéria e estamos aqui para fazê-lo desde ontem. A Oposição esteve aqui ontem, à noite, e está aqui agora para votá-lo. Para derrubar o veto oposto pelo Governador, precisamos de 39 Deputados. O Bloco PT-PMDB-PCdoB comparece, mas precisa-se da presença da base governista.

O governo tem de deixar claro por que não está cumprindo as emendas: se é um problema político ou de caixa. Tenho convicção de que é de caixa. Queremos votar o veto para que a lei passe a vigorar, a fim de que os portadores de deficiência e os donos de "van" escolar usufruam dessa importante legislação. Quero esclarecer a vocês que foram oito anos de governo, e em momento algum esse benefício foi aprovado nesta Casa. Só foi aprovado agora, mas, como se trata de uma lei fiscal, só vigorará a partir do ano que vem, no próximo governo. Esse benefício não será pago pela atual administração, que nunca teve essa sensibilidade, nunca teve a compreensão de favorecer os mais necessitados, aqueles que mais precisam do apoio do Estado.

Estamos encaminhando favoravelmente à inversão da pauta, a fim de colocar o veto imediatamente em votação, para a lei entrar em vigor e as pessoas serem beneficiadas, mesmo que seja no ano que vem. Porém, é o que foi possível ser feito no atual governo.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.)
Aprovado.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.624, que altera o inciso III do art. 3º da Lei nº 14.937, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim" e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, o veto.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalcleber Lopes - Adeldo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - João Leite - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 39 Deputados. Votaram "não" 3 Deputados. Está mantido o veto ao art. 2º. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.624. Oficie-se ao Governador do Estado.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.568, que dispõe sobre a cremação de cadáveres. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Em discussão, o veto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura* - Com o maior prazer, concedo aparte ao nobre Deputado Alencar da Silveira Jr.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Presidente, o Deputado Carlin Moura terá o prazo de uma hora para discutir. Deputados, tive uma depressão muito grande, ao acordar e receber uma correspondência da Câmara Municipal de Belo Horizonte, assinada pela Vereadora Luzia Ferreira. Pois é uma das depressões que tive hoje cedo. O assunto está ligado, mas deixarei para falar depois o porquê da minha depressão com essa carta da Vereadora Luzia. Eu ainda não falei o teor da carta. Voltarei a palavra ao Deputado Carlin Moura e agradeço à Vereadora Luzia esse convite para, no próximo dia 20, participar de uma sessão na Câmara Municipal. Posteriormente falarei sobre isso.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, trata-se de um veto total oposto pelo Governador do Estado à Proposição de Lei nº 19.568, de 2009, que dispõe sobre a cremação de cadáver. O Governador do Estado opôs veto total a essa proposição. Em linhas gerais, para o nosso telespectador compreender o que está em discussão aqui, a proposição de lei estabelece as situações em que poderá ocorrer a cremação, o procedimento a ser seguido e o destino das cinzas. Esse projeto tem importância fundamental para o Estado e também para o Município de Contagem, tendo em vista que essa cidade mineira é a única que possui um crematório de grande qualidade e renome. Esse projeto foi aprovado, no final do ano passado, com o apoio de todos os Deputados da Casa, e o Governador o vetou alegando que o serviço funerário é matéria de competência legislativa do Município, por se tratar de assunto de interesse local, oportunidade em que traz à colação decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.221-RJ, que diz o seguinte: "Os serviços funerários constituem serviços municipais, dado que dizem respeito a necessidades imediatas do Município, conforme prevê o art. 30 da Constituição da República". De fato, o art. 30, V, da Constituição da República estabelece a competência do Município para organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local. De acordo com essa regra básica, o poder público municipal pode executar o serviço por meio de seus próprios órgãos ou repartições ou, então, transferir a execução dessas atividades a terceiros mediante concessão ou permissão. Além disso, o art. 30, I, da citada Carta Magna assegura aos Municípios, que são entidades político-administrativas integrantes da Federação brasileira, competência para legislar sobre assuntos de interesse local. Conseqüentemente, se se tratar de matéria que diga respeito direta e imediatamente à comunidade, tal fato excluirá a competência de outra entidade federada. Então, em matérias relacionadas a interesses diretos daquela coletividade, da municipalidade, a competência realmente está afeta, está relacionada ao Município. Com grande prazer concedo aparte ao ilustre Deputado Sávio Souza Cruz, Presidente da Comissão de Minas e Energia e membro da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Agradeço ao Deputado Carlin Moura e o cumprimento por abordar a avaliação das razões que levaram o Governador a colocar veto a essa proposição, o qual deverá ser apreciado pela Assembleia proximamente. Quero apenas ponderar

que, dada a importância da discussão que ora se inicia na apreciação desse veto, considerando a óbvia inexistência de quórum e a necessidade regimental de um quórum de 39 votos para se derrubar um veto do Governador, V. Exa. requeira à Presidência o encerramento, de plano, desta reunião, reservando-se o tempo que ainda lhe resta para que possa apresentar essa importante discussão na próxima reunião, em que os Deputados presentes poderão avaliar os importantes argumentos de V. Exa., o que será fundamental para formar o juízo de cada um quanto à apreciação do veto. Essa é a razão que me leva a fazer este aparte a V. Exa., justamente considerando a importância dos seus argumentos e considerando também que é absolutamente conveniente que sejam compartilhados pelo coletivo da Casa durante a apreciação do veto. Por isso sugiro a V. Exa., se assim o julgar, que requeira o encerramento, de plano, desta reunião.

O Deputado Carlin Moura* - Agradeço o aparte do Deputado Sávio Souza Cruz. Vou acatar a sugestão de V. Exa., mas, antes, terminarei de contextualizar o projeto, especialmente para o telespectador, para que posteriormente, na parte da tarde, possamos voltar a essa discussão. O Governador vetou o projeto dizendo que a competência para legislar sobre essa matéria é do Município. O que diz o nosso parecer? O problema consiste em identificar as matérias que se encartam no chamado interesse local, que é tradicionalmente definido pela doutrina como a predominância do interesse do Município sobre eventual interesse do Estado ou da União. Portanto, a fórmula constitucional do interesse local, que corresponde ao peculiar interesse do ordenamento constitucional anterior, é o critério por excelência para a delimitação da competência do Município. Todavia esse critério está genericamente consagrado na Constituição da República, que não o define nem o especifica, cabendo, principalmente, à lei orgânica a especificação mais detalhada das atribuições municipais. Algumas atividades a cargo das comunas, das comunidades, da municipalidade já estão mencionadas na Lei Maior, como é o caso da criação e supressão de distritos, do transporte coletivo urbano e da proteção do patrimônio histórico-cultural local, conforme se depreende dos incisos IV, V e IX do art. 30 da mencionada Constituição. O serviço funerário, embora não esteja previsto pelo texto constitucional, se enquadra no campo do interesse local, uma vez que a matéria se refere diretamente à vida da comunidade local, o que realça a competência dos Municípios. No plano jurisprudencial, o Supremo Tribunal Federal também entende que os serviços funerários são serviços públicos municipais, conforme já mencionamos nas ações acima citadas. Também através de uma decisão do Supremo, ficou determinado que, para os que percebem até um salário mínimo, os desempregados e os reconhecidamente pobres, há gratuidade no sepultamento e demais procedimentos, inclusive o fornecimento de esquife pelo concessionário de serviço funerário. A Lei nº 2.007 trata de matéria conexa e estabelece procedimentos administrativos para a concretização do preceito constitucional. Entretanto, administração de serviço funerário não é o mesmo que estabelecimento de normas sobre cremação de cadáveres. Em relação à primeira, é fácil o seu enquadramento no âmbito dos serviços municipais por se tratar de atribuição meramente administrativa. Em relação ao segundo, esse enquadramento é mais complexo, embora possa haver relação entre cremação de cadáveres e administração do serviço funerário. A nosso ver, a competência municipal para organizar o serviço funerário local não exclui a competência estadual para estabelecer regras voltadas para a saúde pública sobre a cremação de cadáveres, conforme o magistério do citado jurista Hely Lopes Meirelles. Nesse caso, as providências e ações tomadas pela administração municipal devem observar as diretrizes da norma regional, que funcionaria como regra geral. Por essa razão, entendemos não ser pertinente a fundamentação apresentada pelo Governador do Estado, principalmente porque as normas legais impugnadas pelo STF não tratavam de cremação de cadáver, e sim de questões atinentes à administração do serviço funerário. Ao negar sanção à proposição sob comento, o Chefe do Poder Executivo atribuiu sentido muito amplo ao conceito de interesse local, no propósito de afastar a competência do Estado para a disciplina da matéria. Todavia, esse ponto de vista nos parece equivocado, pois as regras sobre cremação de cadáver não se confundem com as normas relativas à administração do serviço funerário. Aquelas podem ser editadas tanto pela União quanto pelos Estados, ao passo que estas só podem ser emanadas dos entes políticos locais, pois têm relação direta e imediata com a vida da comuna. A competência estadual para tratar de determinada matéria só é afastada quando o interesse predominante for do Município ou da União, seguindo os parâmetros da Constituição Federal. Dessa forma, e com a devida vênia, discordamos das razões do veto apresentadas pelo Governador do Estado, por entender que a cremação de cadáver não é assunto de interesse local nem se confunde com a administração do serviço funerário.

Sr. Presidente, no veto se fez uma diferenciação da administração do serviço funerário, que diz respeito aos critérios que o Município utiliza e ao direito dos carentes a ter sepultamento gratuito. Isso é diferente da questão dos critérios para a cremação de cadáveres. Estes têm implicações até mesmo no campo do direito penal. Ao se estabelecerem critérios, é preciso resguardar eventuais investigações futuras. Na continuidade da discussão, vamos nos aprofundar sobre a importância de se derrubar o veto a essa proposição de lei, porque precisamos criar condições para se resguardarem dados. Assim, evitaremos o ocorrido no recente caso da investigação do maniaco do Bairro Industrial, em que nossos Investigadores e Delegados tiveram dificuldades para atuar porque faltam condições de trabalho. Não há um banco de dados sobre digitais, falta agilidade porque não há aparelhagem para exames de DNA, enfim, a Polícia Civil não está equipada para desenvolver o seu mister e há poucos efetivos. Num Estado do tamanho de Minas Gerais, deveríamos ter, no mínimo, 15 mil policiais civis, mas temos apenas 6.800 profissionais. Isso tudo dificulta a investigação judiciária e o trabalho da polícia investigativa. De repente, os bandidos ficam soltos por falta de condições de trabalho da polícia. Você tem, por exemplo, um cadáver que é cremado e seus registros não são guardados. Se, eventualmente, a pessoa, antes de morrer, esteve envolvida em algum crime, posteriormente haverá dificuldade de se fazer essa investigação. O projeto de lei procura resguardar esses aspectos que explicitaremos melhor na parte da tarde em função da importância da matéria.

Questão de Ordem

O Deputado Carlin Moura - Deputado Hely Tarquínio, ilustre Presidente, peço que encerre de plano a reunião dada a ausência de quórum, resguardando-me o restante do tempo para continuar a discussão sobre a proposição de lei que estabelece regras sobre a queimação de cadáveres.

Encerramento

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/3/2010

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discursos dos Deputados Weliton Prado e João Leite; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução nº 2.416/2008; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Délio

Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Ronaldo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discuti-la, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado - O Regimento Interno estabelece um tempo para a leitura da ata e que ela deve ser sucinta. Não temos nenhuma discordância em relação a esse ponto. Vimos levantando uma questão há muito tempo: quando for feita a leitura da ata sucinta, seja feita a leitura da ementa do projeto. O que é a ementa do projeto, da resolução ou da PEC? É o que diz projeto. Por exemplo, Projeto de Lei nº 575. O que ele diz, o que é esse projeto, é a ementa. O Deputado Dalmo está me mostrando a ata. Temos a ata em mãos, só que as pessoas que estão acompanhando a TV em casa não têm. Como Deputadas e Deputados, temos a responsabilidade de dar publicidade. Esse é o princípio constitucional da publicidade e da informação. A população tem direito de saber, de ter acesso ao que está sendo discutido e votado. Entendo que há cerceamento. A partir do momento em que é feita a leitura da ata e nela se lê apenas o número da resolução, do veto, do requerimento, do projeto de lei ordinária, do projeto de lei complementar ou às vezes de uma PEC, a população não tem noção do que se trata. Quando se anunciar "PEC nº 50", é preciso dizer do que ela trata. Por exemplo, diz respeito aos direitos dos portadores de deficiência física; a PEC de número tal diz respeito ao aumento dos servidores da segurança pública; a PEC nº 70 diz respeito à valorização dos servidores da educação. Então, é um direito que as pessoas que estão acompanhando a TV Assembleia em casa ou a reunião pela internet têm: saber, de forma sucinta, o que estamos discutindo, votando e apreciando. Assim, insisto nessa questão, aliás, vou levá-la para discutir com a Mesa. É uma questão muito simples. Não custa nada fazer. Diz-se que a ata tem de ser sucinta. Queremos que se leia apenas a ementa, o que diz o projeto, o Requerimento nº 50, por exemplo, que pede providências ao Governador, para que resolva problemas relacionados com a Polícia Civil, que haja contratação. As pessoas têm direito de ter acesso a essas informações. Então, isso realmente é o básico. Estamos cobrando isso há muito tempo. A audiência da TV Assembleia é muito grande e devemos ter respeito pelas pessoas que estão acompanhando a reunião. Temos a ordem do dia, temos a ata e o que diz respeito a cada projeto. Isso está na mesa de cada Deputado. Mas, quando a leitura da ata é feita, as pessoas não têm essa informação. O Deputado que fez a leitura da ata leu vários projetos, requerimentos e vetos. Mas, o que é o Veto nº 17? O que é o Veto nº 19? As pessoas têm direito de ter essa informação. As pessoas têm direito de saber o que está sendo votado e discutido na Casa. Isso é o mínimo que podemos fazer. Isso é constitucional. Temos de cumprir a legislação no que diz respeito a dar informação e publicidade sobre os nossos atos. É uma questão muito simples e fácil de resolver. Isso seria resolvido com tranquilidade: no momento da leitura da ata, seria dito, por exemplo, Requerimento nº 1.550, que diz respeito ao apoio e ao incentivo ao esporte. Isso é simples, não custa nada. As pessoas que não puderem acompanhar toda a reunião poderiam criar o hábito de acompanhar as reuniões da Assembleia por intermédio da leitura da ata. Ao acompanhar a leitura da ata, a pessoa tem noção de tudo que houve na reunião anterior. Talvez as pessoas não possam acompanhar 5 horas de reuniões ordinárias ou extraordinárias da Casa, mas, ao acompanhar a leitura da ata por 5 ou por 10 minutos, têm uma informação das questões principais discutidas na Casa. É uma forma de as pessoas acompanharem a TV Assembleia. Em 5 minutos ou em 10 minutos o cidadão teria informações sucintas sobre o que foi discutido na Assembleia. O trabalho da assessoria, ratificando a ata de forma sucinta e objetiva, é muito bom. Então, não custa nada que, além de serem colocados os números dos projetos e dos requerimentos, fosse garantida a ementa e o que diz o projeto: projeto número tal, que diz respeito a isso. Esse é o princípio da informação e da publicidade dos atos do Poder Legislativo. Sr. Presidente, faça essa solicitação mais uma vez. Levarei essa questão à Mesa.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir a ata, o Deputado João Leite, que disporá de 2 minutos.

O Deputado João Leite - É o bastante, Sr. Presidente. Entendo que a leitura da ata trata de um resumo, é sucinta, é uma decisão da Mesa da Assembleia, da qual o Deputado Weliton Prado faz parte, portanto conhece bem o assunto. Sei que a leitura da ata é sucinta, mas, hoje à tarde, solicitei ao Presidente da reunião, Deputado José Henrique, que retirasse alguns termos ofensivos a mim, vindos da parte do Deputado Weliton Prado. Minha mãe assistia a TV Assembleia e telefonou-me falando sobre o que tinha sido dito, como por exemplo: "O Presidente da Comissão de Segurança sentou em cima do requerimento". Dou nome aos bois. Quero garantir que esses termos utilizados pelo Deputado contra mim fossem retirados das notas taquigráficas da Assembleia Legislativa. Não é próprio do Parlamento de Minas Gerais um parlamentar tratar o outro dessa maneira. Para mim, isso é novidade na Assembleia, no contato entre a Situação e a Oposição. E também é novidade que o Presidente de uma Comissão seja tratado dessa maneira por causa de uma decisão. Solicito a V. Exa. que esses termos, que ofenderam a mim e a minha família, sejam retirados. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado João Leite que sua solicitação já foi atendida, tendo sido determinada pela Presidência a expunção desses termos da ata. A Presidência informa ao Deputado Weliton Prado que cumprimos o Regimento Interno, que rege as normas da Casa e estabelece que duas atas são lavradas: uma em minúcias para ser publicada no órgão oficial dos Poderes do Estado e na internet e a outra para ser lida e aprovada na reunião seguinte. Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e requerimentos.

Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução nº 2.416/2008, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o regime especial de tributação concedida ao setor de industrialização de máquinas e equipamentos pesados para a indústria siderúrgica, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Carlin Moura - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico; para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário, e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, só para justificar: já tentei votar em três terminais, e não consegui digitar.

O Sr. Presidente - V. Exa. já registrou a sua presença.

O Deputado Domingos Sávio - O meu voto é "sim", Sr. Presidente.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que proceda à segunda chamada.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 35 Deputados. Não houve voto contrário. Como alguns Deputados não conseguiram votar por problemas técnicos, a Presidência vai proceder a nova verificação de votação. Para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que permaneçam em seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 27 Deputados. Portanto, não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito.

Questão de Ordem

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. o encerramento, de plano, da reunião, por falta de quórum para a votação de qualquer matéria. Gostaria que V. Exa. encerrasse a reunião, regimentalmente, por falta de quórum.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 11, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

Ata da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 2/3/2010

Às 15h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Arantes, Domingos Sávio e Chico Uejo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Chico Uejo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições em turno único, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 4.095/2009 (relator: Deputado Domingos Sávio) e 4.106/2009 (relator: Deputado Chico Uejo). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.428/2008 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado em Plenário (relator: Deputado Chico Uejo). Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.701, 3.933, 3.936 e 3.961/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados: Délio Malheiros em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a Portaria nº 937, de 2/10/2008, do Ima, e os efeitos que ela pode trazer para os produtores de mudas de espécies cítricas no Estado; e Padre João em que solicita seja realizada audiência pública para discutir os problemas que dificultam a consolidação do Programa Nacional de Crédito Fundiário em Minas Gerais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de março de 2010.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Carlos Gomes - Dilzon Melo.

Ata da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 10/3/2010

Às 9h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fahim Sawan, Vanderlei Miranda e Padre João (substituindo o Deputado Durval Ângelo, por indicação da Liderança do Bloco PT-PMDB-PCdoB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fahim Sawan, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados: Durval Ângelo (2) em que solicita sejam realizadas visitas às cadeias públicas dos Municípios de Ponte Nova e Itajubá, para averiguar possíveis violações de direitos humanos; Célio Moreira em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, com convidados que menciona, para obter esclarecimentos sobre denúncias de prática de abuso de poder, ameaça, violação de domicílio, ocorrida em 19/2/2010, no Bairro Vila Pinho, nesta Capital. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de março de 2010.

Durval Ângelo, Presidente.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/3/2010

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 117, que Institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e altera a Lei Complementar nº 102, de 17/1/2008. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 118, que altera a Lei Complementar nº 81, de 10/8/2004, e a Lei Complementar nº 83, de 28/1/2005, e a Lei Delegada nº 177, de 26/1/2007. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao art. 1º, ao "caput" do art. 20 da Lei Complementar nº 81, de 2004, a que se refere o art. 3º, ao art. 22 da Lei Complementar nº 81, de 2004, a que se refere o art. 4º, ao art. 26-B da Lei Complementar nº 81, de 2004, a que se refere o art. 6º, ao inciso I do § 1º do art. 30-A da Lei Complementar nº 81, de 2004, a que se refere o art. 8º, e ao § 6º do art. 4º da Lei Complementar nº 83, de 2005, a que se refere o art. 10, e pela rejeição do veto ao art. 2º, ao inciso I do art. 10 da Lei Complementar nº 81, de 2004, a que se refere o art. 3º, ao art. 5º, e ao art. 6º-A da Lei Complementar nº 83, de 2005, a que se refere o art. 12.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.568, que dispõe sobre a cremação de cadáver. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.559, que dá nova redação ao inciso II do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.655, de 18/9/84. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.574, que altera as Leis nº 14.313, de 19/6/2002, nº 15.424, de 30/12/2004, e nº 16.318, de 11/8/2006. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao art. 1º da Lei nº 16.318 de 11/8/2006, ao qual se refere o art. 4º da Proposição de Lei nº 19.574, e pela rejeição do veto ao art. 4º da mesma lei, ao qual se refere o art. 4º da Proposição de Lei nº 19.574.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.586, que altera o art. 32 da Lei nº 13.771, de 11/12/2000, e o art. 3º da Lei nº 15.082, de 27/4/2004. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.621, que institui a Semana do Aleitamento Materno. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.625, que determina a utilização de seringas de agulha retrátil nos hospitais e estabelecimentos de saúde localizados no Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46/2008, da Deputada Ana Maria Resende e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial que opina pela aprovação da Emenda nº 2, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que dá nova redação ao art. 273 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 3.929/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 3.928/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o

disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 3.970/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.004/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.542/2009, do Deputado Doutor Viana, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da maçonaria localizadas em Minas Gerais. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.490/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac -, com sede no Município de Barbacena, o terreno que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.100/2009, do Deputado José Henrique, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Santo Antônio do Gramma. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.417/2009, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.791, de 2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixio a área que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Cultura e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.032/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 16/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4.159/2010, do Deputado Carlos Gomes; 3.407/2009, da Comissão Especial das Serras da Calçada e da Moeda; 3.658/2009, do Deputado Walter Tosta; 3.993/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 4.033 e 4.034/2009, do Deputado Ruy Muniz; 4.052/2009, do Deputado Gilberto Abramo; 4.125/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 4.148/2010, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 4.149/2010, do Deputado Arlen Santiago; 4.187 e 4.188/2010, do Deputado Gustavo Valadares; 4.192/2010, do Deputado Lafayette de Andrada; 4.206/2010, do Deputado Dinis Pinheiro; 4.230/2010, do Deputado Eros Biondini; 4.249/2010, do Deputado Delvito Alves; 4.257/2010, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.872/2007, do Deputado Gil Pereira; 2.361/2008, do Deputado Lafayette de Andrada; 3.232/2009, da Deputada Cecília Ferramenta; 3.685/2009, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 3.688/2009, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.692/2009, do Deputado Mauri Torres; 3.720/2009, da Deputada Ana Maria Resende; 3.764/2009, do Deputado Arlen Santiago; 3.852 e 3.853/2009, do Deputado Tenente Lúcio; 3.903/2009, do Deputado Fábio Avelar; 3.951/2009, do Deputado Carlos Gomes; 4.199/2010, do Deputado Fábio Avelar; 4.200 e 4.201/2010, do Deputado Gilberto Abramo; 4.203/2010, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 4.210/2010, do Deputado Carlos Pimenta; 4.211 e 4.212/2010, do Deputado Ivair Nogueira; 4.214/2010, do Deputado Rômulo Veneroso; 4.215/2010, do Deputado Dinis Pinheiro; 4.216/2010, do Deputado Braulio Braz; 4.217/2010, do Deputado Jayro Lessa; 4.224/2010, do Deputado Fábio Avelar; 4.227 e 4.228/2010, do Deputado João Leite; 4.233/2010, do Deputado Carlin Moura; 4.239, 4.240, 4.241, 4.242 e 4.243 e 4.245/2010, do Deputado Weliton Prado; 4.248/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 4.250/2010, do Deputado Inácio Franco; 4.252/2010, do Deputado Célio Moreira; 4.258/2010, do Deputado Sebastião Costa; 4.260/2010, do Deputado Doutor Viana; 4.263, 4.265, 4.267, 4.268, 4.270, 4.271, 4.272, 4.273 e 4.274/2010, do Deputado Paulo Guedes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 16/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.813/2009, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 16/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.057/2009, do Deputado Gil Pereira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.087/2009, do Deputado Eros Biondini.

Requerimentos nºs 5.347/2010 e 5.350/2010, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Administração Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 16/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.546/2010, do Deputado Leonardo Moreira; 5.551/2010, do Deputado Ruy Muniz; e 5.552/2010, dos Deputados Gustavo Valadares e Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15h15min do dia 16/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.095/2009, do Deputado Wander Borges.

Requerimentos nºs 5.582/2010, do Deputado Duarte Bechir, e 5.602/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 2ª Reunião Ordinária da Comissão Especial da Minascaixa, a realizar-se às 16h30min do dia 16/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: iniciar, em audiência pública, com os convidados que menciona, o processo de levantamento das informações atualizadas relativas aos imóveis resultantes dos antigos financiamentos habitacionais feitos pela extinta Minascaixa e hoje administrados pela MGI Participações S.A.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 16/3/2010, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos à Proposição de Lei Complementar nº 117, que Institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado e altera a Lei Complementar nº 102, de 17/1/2008, e à Proposição de Lei Complementar nº 118, que altera a Lei Complementar nº 81, de 10/8/2004, e a Lei Complementar nº 83, de 28/1/2005, e a Lei Delegada nº 177, de 26/1/2007; à Proposição de Lei nº 19.559, que dá nova redação ao inciso II do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.655, de 18/9/1984, à Proposição de Lei nº 19.568, que dispõe sobre a cremação de cadáver, à Proposição de Lei nº 19.574, que altera as Leis nº 14.313, de 19/6/2002, nº 15.424, de 30/12/2004, e nº 16.318, de 11/8/2006, à Proposição de Lei nº 19.586, que altera o art. 32 da Lei nº 13.771, de 11/12/2000, e o art. 3º da Lei nº 15.082, de 27/4/2004, à Proposição de Lei nº 19.621, que institui a Semana do Aleitamento Materno, e à Proposição de Lei nº 19.625, que determina a utilização de seringas de agulha retrátil nos hospitais e estabelecimentos de saúde localizados no Estado; das Propostas de Emenda à Constituição nºs 14/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que dá nova redação ao art. 273 da Constituição do Estado, e 46/2008, da Deputada Ana Maria Resende e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado; dos Projetos de Resolução nºs 3.928/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terras devolutas que especifica, 3.929/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica, 3.970/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica, e 4.004/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; e dos Projetos de Lei nºs 2.490/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC -, com sede no Município de Barbacena, o terreno que especifica, 3.100/2009, do Deputado José Henrique, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Santo Antônio do Gramma, 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006, 3.417/2009, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica, 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.791, de 2007, 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixo a área que especifica, 3.542/2009, do Deputado Doutor Viana, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da maçonaria localizadas em Minas Gerais, 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus, 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica, 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006, e 4.032/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 15 de março de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 15/3/10, o Sr. Presidente, nos termos no inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/1986, 9.437, de 22/10/1987, e 9.748, de 22/12/1988, e Resolução nº 5.105, de 26/9/1991, assinou os seguintes atos:

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 27/2/10, que nomeou Lene Teixeira Souza Gonçalves para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão VL-36, código AL-EX-01, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco PT/ PC do B/PMDB;

nomeando Gilson da Costa Esmael para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco PT/ PC do B/PMDB.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/2010

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2010

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 15/4/2010, às 10 horas, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço anual, tendo por finalidade a prestação de serviços de transmissão permanente de sinais de áudio e vídeo digital da TV Assembleia ("uplink") para o satélite Brasilsat B4.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio à Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 15 de março de 2010.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

Termo de Contrato

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Associação Comunitária do São Gonçalo do Baçõo. Objeto: doação de bens móveis inservíveis: 2 microcomputadores, marca Microtec, Registros nºs 021.368 e 021.369; 4 mesas para computadores, Registros nºs 003.485, 005.466, 004.944 e 005.434; 2 impressoras jato de tinta, marca HP, Registros nºs 011.158 e 016.731; 4 mesas para impressoras, Registros nºs 002.890, 005.872, 007.462 e 009.665, avaliados ao todo em R\$980,00. Licitação: dispensada, conforme o art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONVÊNIO

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda convenente: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Objeto: desenvolvimento do Projeto Expresso Cidadania. Vigência: a partir da data da assinatura até o dia 20/5/2010.